



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS ARARANGUÁ - ARA

PLANO DE ENSINO

SEMESTRE 2011.3

I. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA:

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	Nº DE HORAS-AULA SEMANAIS		TOTAL DE HORAS-AULA SEMESTRAIS
		TEÓRICAS	PRÁTICAS	
ARA7225	Introdução ao Direito Digital	4	-	72

HORÁRIO		MÓDULO
TURMAS TEÓRICAS	TURMAS PRÁTICAS	Semi-presencial
2~6.1800-4	-	

II. PROFESSOR(ES) MINISTRANTE(S)

1. Prof. Giovanni Ehrhardt
1.1. E-mail: giovani.ehrhardt@ararangua.ufsc.br
1.2. Telefone: (48) 9630 7866

III. PRÉ-REQUISITO(S)

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA
	Esta disciplina não possui pré-requisitos

IV. CURSO(S) PARA O(S) QUAL(IS) A DISCIPLINA É OFERECIDA

Bacharelado em Tecnologias da Informação e Comunicação

V. JUSTIFICATIVA

Esta disciplina é necessária para uma complementação da formação do profissional de Tecnologia da Informação e Comunicação. Fornece conceitos e desenvolve trabalhos que buscam contextualizar a importância da Introdução ao Direito Digital nos diversos campos de atuação do bacharel em TIC.

VI. EMENTA

Caracterização das leis do software. Tratamento e sigilo de dados. Ética, privacidade e anonimato. Noções de Direitos Autorais. Responsabilidade civil e penal sobre a tutela da informação. Regulamento do trabalho do profissional de informática. Legislação relativa aos direitos de defesa do consumidor. Análise da política nacional de informática. Tendências e Projetos de Lei. Propriedade Intelectual. A relevância da Propriedade Intelectual sob o aspecto jurídico, científico e tecnológico.

VII. OBJETIVOS

Objetivos Gerais:

Capacitar o aluno para conhecer as diversas abordagens e perspectivas acerca do Direito Digital a partir da apreensão dos conceitos e fundamentos básicos de ética, privacidade e anonimato, assim como questões normativas da profissão, dos direitos de defesa do consumidor e da Propriedade Intelectual sob o aspecto jurídico, científico e tecnológico.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver uma visão ampla sobre a questão da Propriedade Intelectual, nomeadamente sob os aspectos jurídicos, científicos e tecnológicos;
- Identificar um corpo de conhecimentos sistematizados, de modo a desenvolver uma compreensão das diversas abordagens e perspectivas acerca do Direito Digital;
- Conhecer a evolução do pensamento sobre a ética, a privacidade e o anonimato;
- Identificar as questões relacionadas com o Regulamento do trabalho do profissional de informática.

VIII. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- UNIDADE 1 - Caracterização das leis do software.
- UNIDADE 2 - Tratamento e sigilo de dados.
- UNIDADE 3 – Ética, privacidade e anonimato.
- UNIDADE 4 - Noções de Direitos Autorais.
- UNIDADE 5 - Responsabilidade civil e penal sobre a tutela da informação.
- UNIDADE 6 - Regulamento do trabalho do profissional de informática.
- UNIDADE 7 - Legislação relativa aos direitos de defesa do consumidor.
- UNIDADE 8 - Análise da política nacional de informática.
- UNIDADE 9 - Tendências e Projetos de Lei.
 - Tendências.
- UNIDADE 9 - Tendências e Projetos de Lei.
 - Projetos de Lei.
- UNIDADE 10 - Propriedade Intelectual.
- UNIDADE 11 - A relevância da Propriedade Intelectual sob o aspecto jurídico, científico e tecnológico.
 - Aspecto jurídico.
- UNIDADE 11 - A relevância da Propriedade Intelectual sob o aspecto jurídico, científico e tecnológico.
 - Aspecto científico.
- UNIDADE 11 - A relevância da Propriedade Intelectual sob o aspecto jurídico, científico e tecnológico.
 - Aspecto tecnológico.

IX. METODOLOGIA DE ENSINO / DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

1. Aulas expositivas intercaladas com discussões. Material de apoio postado no Moodle. Desenvolvimento de trabalhos e exercícios;
2. Aulas à distância com uso de material disponibilizado no moodle. Desenvolvimento de um artigo científico aplicando os conceitos desenvolvidos nas aulas expositivas.

X. METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- A verificação do rendimento escolar compreenderá **frequência e aproveitamento** nos estudos, os quais deverão ser atingidos conjuntamente. Será obrigatória a frequência às atividades correspondentes a disciplina, com no mínimo 75% das aulas (Frequência Suficiente - FS), ficando reprovado o aluno com mais de 25% de faltas (Frequência Insuficiente - FI).
- Serão realizadas quatro provas escritas:
 - Prova Escrita 1 será referente aos conteúdos da Parte 1 e 2: P1
 - Prova Escrita 2 será referente aos conteúdos da Parte 3 e 4: P2
 - A média das Provas (MP) será calculada da seguinte forma:
 - $MP = \frac{(P1+P2)}{2}$
 - A média das provas (MP) terá peso 7 (sete) para cálculo da média final da disciplina.
 - A média dos trabalhos (MT) terá peso 3 (três) para cálculo da média final da disciplina.
 - $Media\ Final(MF) = 0,7 \cdot MP + 0,3 \cdot MT$
 - A nota mínima para aprovação na disciplina será $MF \geq 6,0$ (seis) e Frequência Suficiente (FS). (Art. 69 e 72 da Res. nº 17/CUn/1997).

O aluno com Frequência Suficiente (FS) e média das notas de avaliações do semestre MF entre 3,0 e 5,5 terá direito a uma nova avaliação no final do semestre (REC), exceto as atividades constantes no art.70, § 2º. A Nota Final (NF) será calculada por meio da média aritmética entre a média das notas das avaliações parciais (MF) e a nota obtida na nova avaliação (REC). (Art. 70 e 71 da Res. nº 17/CUn/1997).

$$NF = \frac{(MF + REC)}{2}$$

- Ao aluno que não comparecer às avaliações ou não apresentar trabalhos no prazo estabelecido será atribuída nota 0 (zero). (Art. 70, § 4º da Res. nº 17/CUn/1997)

Observações:

Avaliação de recuperação - Nova avaliação

- Pedidos de segunda avaliação somente para casos em que o aluno, por motivo de força maior e plenamente justificada, deixar de realizar avaliações previstas no plano de ensino, e deverá ser formalizado via requerimento de avaliação à Secretaria Acadêmica do Campus Araranguá dentro do prazo de 3 dias úteis apresentando comprovação. (Ver formulário)

XI. CRONOGRAMA TEÓRICO

AULA	DATA	ASSUNTO
1ª	30/01/2012	• UNIDADE 1 - Caracterização das leis do software.
2ª	31/01/2012	• UNIDADE 2 - Tratamento e sigilo de dados.
3ª	01/02/2012	• UNIDADE 3 – Ética, privacidade e anonimato.
4ª	02/02/2012	• UNIDADE 4 - Noções de Direitos Autorais.
5ª	03/02/2012	• UNIDADE 5 - Responsabilidade civil e penal sobre a tutela da informação.
6ª	06/02/2012	• PRIMEIRA AVALIAÇÃO (N1)
7ª	07/02/2012	• UNIDADE 6 - Regulamento do trabalho do profissional de informática.
8ª	08/02/2012	• UNIDADE 7 - Legislação relativa aos direitos de defesa do consumidor.
9ª	09/02/2012	• UNIDADE 8 - Análise da política nacional de informática.
10ª	10/02/2012	• UNIDADE 9 - Tendências e Projetos de Lei. ➢ Tendências.
11ª	13/02/2012	• UNIDADE 9 - Tendências e Projetos de Lei. ➢ Projetos de Lei.
12ª	14/02/2012	• UNIDADE 10 - Propriedade Intelectual.
13ª	15/02/2012	• UNIDADE 11 - A relevância da Propriedade Intelectual sob o aspecto jurídico, científico e tecnológico. ➢ Aspecto jurídico.
14ª	16/02/2012	• UNIDADE 11 - A relevância da Propriedade Intelectual sob o aspecto jurídico, científico e tecnológico. ➢ Aspecto científico.
15ª	17/02/2012	• UNIDADE 11 - A relevância da Propriedade Intelectual sob o aspecto jurídico, científico e tecnológico. ➢ Aspecto tecnológico.
16ª	27/02/2012	• SEGUNDA AVALIAÇÃO (N2)
17ª	28/02/2012	• PROVA DE RECUPERAÇÃO • Discussão sobre conteúdo e entrega da prova de recuperação final
18ª	29/02/2012	• Divulgação de Notas Finais • Divulgação das notas recuperação e média final – Publicação de

XII - Feriados previstos para o semestre 2012.1:

DATA	
01/01/2012	01 – Confraternização Universal (Lei nº 662/49)
21/02/2012	21 - Carnaval

XIII. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 39ª ed. São Paulo: editora Saraiva, 2006.

Gouvêa, Sandra. O Direito na Era Digital. Crimes Praticados por meio da Informática, apud in CASTRO, Adelmario Araujo. Informática Jurídica e Direito da Informática. <http://www.aldemario.adv.br/infojur/conteudo2texto.htm>. Acesso em 07/12/20011.

MELO, Marco Antônio Machado Ferreira. A tecnologia, direito e solidariedade. ROVER, Aires J. Organizador. Direito, sociedade e informática: limites da vida digital. 1ª ed. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2000.

INHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital, 3ª ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição, 4ª Ed, São Paulo: Malheiros, 2007.

XIV. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARANTE, Aparecida. Responsabilidade Civil por dano à honra. 4ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A proteção constitucional da própria imagem. 1ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

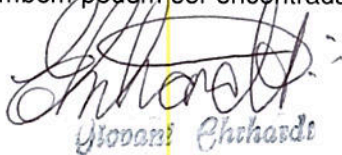
BENJAMIN, Walter. "O autor como produtor". Em Flavio R. Kothe (org.). Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1991 [1934], pp. 187-201.

APURRO, Rafael; Hjørland, Birgem. O conceito de Informação, Revista Perspectivas da Ciência da Informação, V. 12, N. 1, jan-abr/2007.

CORRÊA, Gustavo Testa. Aspectos Jurídicos na Internet. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DYSON, Esther; tradução Sonia T. Mendes Costa. Release 2.0: A nova sociedade digital. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

Os livros acima citados constam na Biblioteca Universitária e Setorial de Araranguá. Algumas bibliografias também podem ser encontradas no acervo da disciplina, via sistema Moodle.


Giovanni Richards

Aprovado na Reunião do Colegiado do Campus 30/10/2012


Direção do campus

Anderson Luiz Fernandes Perez, Dr. ausp
Prof. Adjunto/SIAPE: 1635680
UFSC/Campus Araranguá